

Fernando Gonzaga Jayme

MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL



editora
Del Rey

Belo Horizonte

2023



Copyright © 2023 Editora Del Rey Ltda.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os
meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.
Impresso no Brasil | Printed in Brazil

EDITORA DEL REY LTDA.
www.editoradelrey.com.br

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza
(in memoriam)

Coordenação Editorial: Letícia Neves

Diagramação: Know-how Editorial

Capa: JP Designer

Editora:

Rua dos Goitacazes, 71 – Lojas 20 a 24
Centro – Belo Horizonte – MG
CEP 30190-050

Comercial:

Tel.: (31) 3284-3284 / 3293-8233
vendas@editoradelrey.com.br

Editorial:

editorial@editoradelrey.com.br

CONSELHO EDITORIAL:

Alíoe de Souza Birchal
Antônio Augusto Cançado Trindade
(in memoriam)
Antonio Augusto Junho Anastasia
Antônio Pereira Galo Júnior
Aroldo Plínio Gonçalves
Carlos Alberto Penna R. de Carvalho
Dalmar Pimenta
Edelberto Augusto Gomes Lima
Edésio Fernandes
Felipe Martins Pinto
Fernando Gonzaga Jayme
Hermes Vilchez Guerrero
José Adércio Leite Sampaio
José Edgard Penna Amorim Pereira
Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior
Misabel Abreu Machado Derzi
Plínio Salgado
Rénan Kfuri Lopes
Rodrigo da Cunha Pereira

J42m Jayme, Fernando Gonzaga
Manual de direito processual civil / Fernando Gonzaga
Jayme.-- Belo Horizonte : Del Rey, 2023.
642 p.: il.

ISBN 978-65-00-66303-7

Bibliografia: p.[569]-615.

1. Processo civil - Brasil. 2. Poder judiciário -
- Brasil. 3. Organização judiciária - Brasil. 4. Acesso à
justiça - Brasil. I. Título.

CDU: 347.9(81)

Junio Martins Lourenço – Bibliotecário – CRB-6/3167

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1	
A contextualização do funcionamento do Poder Judiciário no Brasil	15
Capítulo 2	
A cautela necessária na leitura e aplicação do CPC	25
Capítulo 3	
Direito processual – conceitos elementares	29
Capítulo 4	
A lei processual no tempo e no espaço	33
Capítulo 5	
Breve notícia histórica do processo	35
Capítulo 6	
O processo	41
Capítulo 7	
O modelo constitucional do processo civil brasileiro	51
7.1 Acesso à justiça	54
7.1.1 Acesso formal à justiça – assistência judiciária	57
7.1.2 Acesso à justiça substancial ou material.....	62
7.2 Princípio do juiz natural	65
7.3 Garantias do contraditório, da ampla defesa e do duplo grau de jurisdição	68
7.4 Vedação da prova ilícita	71
7.5 Princípio da publicidade	72

7.6 Garantia da duração razoável do processo.....	74
7.7 Dever de fundamentação das decisões judiciais.....	75
7.8 A garantia de efetiva proteção judicial.....	76
Capítulo 8	
Normas fundamentais do processo civil.....	81
Capítulo 9	
Jurisdição: conceito e características.....	97
9.1 Classificação da jurisdição	100
9.2 A independência como pressuposto da legitimidade do exercício da função jurisdicional.....	102
Capítulo 10	
Ação.....	105
10.1 As teorias da ação	107
10.1.1 A teoria civilista ou imanentista	107
10.1.2 A polêmica entre Windscheid e Muther (1856-1857).....	107
10.1.3 Teoria da ação como direito autônomo e concreto	108
10.1.4 Teoria da ação como direito autônomo e abstrato.....	109
10.1.5 A necessidade de revisão das teorias da ação.....	110
10.1.6 O conceito de ação de Carnelutti: sua adequação ao modelo constitucional de processo.....	110
10.2 Elementos da ação.....	112
10.3 Classificação das ações.....	113
10.4 Condições da ação	114
10.4.1 Interesse de agir.....	115
10.4.2 <i>Legitimatío ad causam</i>	116
10.4.2.1 Legitimação ordinária	116
10.4.2.2 Legitimação extraordinária ou substituição processual.....	116
Capítulo 11	
Organização do Poder Judiciário.....	117
11.1 Supremo Tribunal Federal	117
11.2 Superior Tribunal de Justiça	119
11.3 Justiça Federal: Tribunais Regionais Federais, Juizes Federais e Juizados Especiais Federais.....	120
11.4 Justiça do Trabalho: Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Juizes do Trabalho.....	121

11.5	Justiça Eleitoral: Tribunais e Juízes Eleitorais.....	122
11.6	Justiça Militar: Tribunais e Juízes Militares.....	122
11.7	Justiça Estadual: Tribunais e Juízes Estaduais	122
Capítulo 12		
	Competência.....	123
12.1	Conceito	123
12.2	Competência internacional.....	125
12.3	Princípio da <i>perpetuatio iurisdictionis</i>	126
12.4	Competência interna	127
	12.4.1 Critérios definidores de competência	127
12.5	Competência absoluta e competência relativa: distinções	131
	12.5.1 Critérios definidores de competência absoluta	132
12.6	Causas de modificação da competência relativa – conexão e continência	134
12.7	A alegação de incompetência na contestação.....	136
12.8	Conflito de competência.....	137
12.9	Competência do microsistema dos juizados especiais cíveis estaduais.....	140
	12.9.1 Controle da competência dos juizados especiais cíveis: mandado de segurança	142
12.10	Competência do microsistema dos juizados especiais federais	143
12.11	Competência do microsistema dos juizados das fazendas públicas estadual e municipal.....	144
12.12	Efeitos da incompetência dos juizados especiais.....	145
Capítulo 13		
	Sujeitos do processo.....	149
13.1	As partes.....	149
	13.1.1 Capacidade de ser parte	149
	13.1.2 Legitimidade das partes	151
	13.1.3 <i>Legitimatio ad causam</i> ordinária	151
	13.1.4 Legitimação extraordinária – substituição processual.....	152
	13.1.5 Capacidade de estar em juízo	155
	13.1.5.1 Os cônjuges e os titulares de união estável em juízo	155
13.2	Capacidade postulatória	156
	13.2.1 A advocacia	156
	13.2.2 <i>Ius postulandi</i> por leigo	160
	13.2.3 Ministério Público	162

13.2.3.1	O Ministério Público brasileiro	164
13.2.3.2	Princípios institucionais do Ministério Público	166
13.2.3.3	Atribuições constitucionais do Ministério Público – art. 129 da Constituição da República.....	166
13.2.3.4	O Ministério Público defensor da ordem jurídica	167
13.4	A Defensoria Pública.....	171
13.5	Escritórios de prática jurídica das faculdades de direito de instituições públicas.....	175
13.6	A representação judicial da fazenda pública	177
13.6.1	Prerrogativas processuais.....	178
13.7	O <i>amicus curiae</i>	179
13.7.1	Jurisprudência comentada	181
13.8	A capacidade postulatória para o processo eletrônico.....	182
Capítulo 14		
	Litisconsórcio	183
14.1	Espécies de litisconsórcio	183
14.2	Intervenção <i>iussu iudicis</i>	187
14.3	Participação dos litisconsortes	188
Capítulo 15		
	Intervenção de terceiros.....	189
15.1	Assistência.....	189
15.2	Intervenção anômala das pessoas jurídicas de direito público	191
15.3	Denúnciação da lide	192
15.4	Chamamento ao processo	193
Capítulo 16		
	Atos processuais.....	195
Capítulo 17		
	Preclusão	203
17.1	Espécies de preclusão: temporal, lógica e consumativa	203
17.2	Preclusão <i>pro judicato</i>	205
Capítulo 18		
	Coisa julgada.....	207
18.1	Coisa julgada formal	207
18.2	Coisa julgada material: preclusão máxima.....	207

18.3	A coisa julgada e o art. 525, § 12, do CPC.....	210
18.4	Preclusão das decisões interlocutórias: duas observações	212
Capítulo 19		
	Negócios processuais – a cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	219
Capítulo 20		
	Da calendarização processual	227
Capítulo 21		
	Petição inicial	229
21.1	Documentos indispensáveis à propositura da ação.....	236
Capítulo 22		
	Despacho liminar.....	239
Capítulo 23		
	Citação.....	241
23.1	Efeitos da citação.....	244
23.2	Modalidades de citação.....	246
23.2.1	Por via postal.....	246
23.2.2	Por oficial de justiça.....	247
23.2.3	Por edital.....	247
23.2.4	Por meio eletrônico	248
Capítulo 24		
	Audiência de conciliação e mediação	249
24.1	Indução às formas consensuais de resolução de conflitos	249
24.1.1	Negociação	253
24.1.2	Mediação.....	253
24.1.3	Conciliação.....	253
24.1.4	Justiça restaurativa.....	253
Capítulo 25		
	A defesa.....	255
25.1	Prazo para o réu se defender	255
25.2	A resposta do réu	256
25.2.1	Contestação	256
25.2.1.1	Preliminares da contestação.....	258
25.2.1.2	Da defesa de mérito na contestação.....	263
25.2.2	Reconvenção.....	264

Capítulo 26	
Revelia	265
Capítulo 27	
Providências preliminares	269
Capítulo 28	
Julgamento conforme o estado do processo.....	271
Capítulo 29	
Saneamento e organização do processo.....	275
Capítulo 30	
Nulidades no processo	277
Capítulo 31	
Provas judiciais.....	285
31.1 Provas: noções gerais e definição	285
31.2 O princípio da persuasão racional e a iniciativa probatória do juiz.....	288
31.3 Ônus da prova	293
31.4 Provas em espécie: do procedimento probatório.....	296
33.4.1 Produção antecipada de prova	297
31.4.2 Da revogação do § 4º do art. 381 do CPC.....	297
Capítulo 32	
Audiência de instrução e julgamento.....	299
32.1 Poder de polícia.....	299
32.2 A indução aos métodos consensuais de resolução de conflitos.....	300
32.3 Ordem de produção das provas.....	301
32.4 A participação das partes na audiência de instrução e julgamento.....	302
32.5 Causas de adiamento da audiência de instrução e julgamento	304
32.6 Cindibilidade da audiência de instrução e julgamento	306
32.7 Julgamento	307
32.8 Termo de audiência	308
32.9 Publicidade	308
Capítulo 33	
Tutelas provisórias	311
33.1 Tutelas provisórias.....	311

33.2 Tutela de urgência requerida em caráter antecedente.....	314
33.3 Estabilização da tutela satisfativa antecedente.....	317
33.4 Tutelas de urgência: cautelar e antecipada. Procedimento.....	323
33.5 Efeitos da revogação da tutela antecipada.....	324
Capítulo 34	
Os atos decisórios proferidos no primeiro grau de jurisdição.....	327
34.1 Dos atos do juiz.....	327
Capítulo 35	
Teoria geral dos recursos	333
35.1 Introdução.....	333
35.2 Conceito de recurso	339
35.3 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos.....	340
35.4 Pressupostos recursais	344
35.5 Preparo	347
35.6 Efeitos dos recursos	350
35.7 Classificação dos recursos.....	353
35.8 A garantia do duplo grau de jurisdição.....	354
35.9 Princípios Recursais	356
35.9.1 Princípio da taxatividade	356
35.9.2 Princípio da singularidade ou da unirrecorribilidade	358
35.9.3 Princípio da fungibilidade	358
35.9.4 Princípio da dialeticidade	360
35.9.5 Princípio da complementaridade.....	361
35.9.6 Princípio da proibição da <i>reformatio in peius</i>	362
35.9.7 Princípio da consumação.....	362
35.9.8 Princípio da sucumbência recursal	363
Capítulo 36	
Recurso Adesivo.....	365
Capítulo 37	
Dos recursos em espécie.....	367
37.1 Embargos de Declaração: finalidade e hipóteses de cabimento.....	367
37.1.1 Embargos de Declaração com efeitos modificativos.....	369
37.1.2 Sucessivas interposições de embargos de declaração	369
37.1.3 Embargos de Declaração para fins de questionamento	370

37.1.4	Impossibilidade do prequestionamento ficto por meio de Embargos de Declaração: interpretação conforme a constituição do art. 1025 do CPC..	371
37.1.5	Aplicação do princípio da fungibilidade nos tribunais constitucionais: conversão dos Embargos de Declaração em Agravo Interno	375
37.1.6	Efeitos dos Embargos de Declaração	376
37.1.7	Sanções previstas para Embargos de Declaração protelatórios	376
37.1.8	Prazo para julgamento dos Embargos Declaratórios	377
39.1.9	Demais pressupostos recursais dos Embargos de Declaração	377
37.2	Agravo de instrumento	377
37.2.1	Hipóteses de cabimento	377
37.2.1.1	De acordo com o CPC.....	377
37.2.1.2	De acordo com o Tema Repetitivo 988 do STJ: taxatividade mitigada	378
37.2.1.2.1	Preclusão de acordo com o Tema Repetitivo 988 do STJ.....	380
37.2.2	Sugestão prática	381
37.2.3	Procedimento	381
37.2.3.1	Dispensa de juntada de peças obrigatórias nos processos eletrônicos.....	383
37.2.3.2	Comprovação da interposição do Agravo de Instrumento no juízo recorrido.....	383
37.2.4	Efeitos do Agravo de Instrumento.....	383
37.3	Apelação	384
37.3.1	Hipótese de cabimento.....	384
37.3.2	Efeitos: suspensivo, devolutivo e translativo.....	386
37.3.3	Temas relevantes	389
37.3.3.1	Fundamentação livre.....	389
37.3.3.2	A petição de interposição.....	389
37.3.3.3	Julgamento da causa madura.....	391
37.3.3.4	Saneamento na fase recursal.....	391
37.3.3.5	Procedimento da apelação interposta contra sentença que julga antecipadamente o mérito.....	391
37.3.3.6	Técnicas de julgamento	392
37.4	Agravo Interno.....	393
37.4.1	Agravo Interno na legislação especial.....	394
37.4.2	Hipóteses de não cabimento do Agravo Interno	395
37.4.3	Procedimento do Agravo Interno.....	396
37.4.4	Aplicação de multa no Agravo Interno.....	397
37.4.5	Fungibilidade.....	398
37.4.6	Cabimento de Agravo Interno contra capítulos da decisão agravada	399

37.5	Recursos constitucionais: Recursos Ordinário, Especial e Extraordinário ...	400
37.5.1	Recurso Ordinário.....	400
37.5.1.1	Hipóteses de cabimento.....	400
37.5.1.2	Procedimento.....	401
37.5.1.3	Impossibilidade de utilização de acórdãos proferidos em julgamento de Recurso Ordinário constituírem-se paradigma para interposição de Embargos de Divergência	403
37.5.1.4	Julgamento interessante: deposição Presidente João Goulart: implantação da ditadura militar no país	403
37.5.2	Recurso Especial e Recurso Extraordinário	404
37.5.2.1	Finalidade	404
37.5.3	Pressupostos recursais do RE e do RESP	405
37.5.3.1	Tempestividade.....	405
37.5.3.2	Preparo.....	406
37.5.3.2.1	Isenções legais	408
37.5.3.3	Exaurimento da instância ordinária	408
37.5.3.4	Descabimento de discussão de matéria fática.....	411
37.5.3.5	Prequestionamento	412
37.5.3.6	Regularidade formal	416
37.5.3.6.1	Fundamentação suficiente	416
37.5.3.6.2	Cotejo analítico da alegada divergência jurisprudencial.....	417
37.5.3.6.3	A preliminar alegação de repercussão geral é pressuposto de admissibilidade do RE	417
37.5.3.7	A arguição de relevância no Recurso Especial	418
37.5.4	O juízo de admissibilidade do RE e do REsp	419
37.5.5	Livre trânsito dos recursos constitucionais	421
37.5.6	Repercussão geral.....	422
37.5.7	Efeitos do Recurso Especial e do Recurso Extraordinário	424
37.5.7.1	Efeito devolutivo restrito – a fundamentação vinculada.....	424
37.5.7.2	Efeito suspensivo	426
37.5.7.3	Efeito translativo	427
37.6	Reexame Necessário no processo civil brasileiro: inconstitucionalidade	427
37.6.1	Introdução.....	427
37.6.2	Evolução histórica do Reexame Necessário.....	428
37.6.3	Análise da fazenda pública em juízo: interesse público e prerrogativas... ..	432
37.6.4	Inconstitucionalidade do Reexame Necessário.....	435
37.6.4.1	Ofensa à garantia fundamental da igualdade	437
37.6.4.2	Ofensa à garantia do juiz natural.....	440

37.6.4.3	Inexistência de permissão constitucional para que os tribunais exerçam jurisdição <i>ex officio</i>	442
37.6.4.4	Violação das garantias fundamentais da duração razoável do processo e da efetividade processual	443
37.6.5	O reexame necessário no Código de Processo Civil.....	447
Capítulo 38		
	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR.....	449
38.1	Pressupostos de admissibilidade	454
38.2	Procedimento	456
38.3	Sistema recursal do IRDR.....	460
38.3.1	Descabimento de REsp e RE para impugnar decisão de admissão ou inadmissão do IRDR.....	460
38.3.2	Cabimento de Recurso Especial.....	461
38.4	Distinção entre IRDR e recursos repetitivos	462
38.5	Análise de caso admitido pelo TJMG.....	462
38.6	Considerações críticas a respeito do IRDR.....	465
38.6.2	O que é compreendido como independência funcional do juiz	466
38.6.3	A posição dos litigantes habituais e eventuais.....	467
Capítulo 39		
	Reclamação.....	469
39.1	Definição e hipóteses de cabimento.....	469
39.2	Natureza jurídica	471
39.3	Procedimento	472
Capítulo 40		
	Fase de cumprimento de sentença.....	475
40.1	Introdução.....	475
40.2	Liquidação de sentença	476
40.3	Títulos executivos judiciais	481
40.4	Do cumprimento provisório da sentença	483
40.5	Legitimidade.....	485
40.6	Competência.....	485
40.7	Procedimento do cumprimento de obrigação de pagar quantia certa.....	485
40.8	Cumprimento de sentença de prestação de alimentos.....	487
40.9	Cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública	491

Capítulo 41

Defesas do executado.....	495
41.1 Impugnação ao cumprimento de sentença.....	495
41.2 Exceção de pré-executividade.....	500

Capítulo 42

Processo de execução.....	501
42.1 Introdução.....	501
42.2 Princípios do processo de execução.....	502
42.2.1 Princípio da dignidade da pessoa humana.....	502
42.2.2 Princípio da patrimonialidade.....	503
42.2.3 Princípio da menor onerosidade possível para o devedor.....	504
42.2.4 Princípio da livre disponibilidade da execução.....	505
42.3 Responsabilidade do exequente de reparar os danos materiais e morais decorrentes de execução injusta.....	505
42.4 Fraude à execução.....	506
42.5 Legitimidade.....	507
42.6 Cumulação de execuções.....	507
42.7 Competência.....	508
42.8 Dos atos executivos.....	509
42.9 Títulos executivos extrajudiciais.....	510
42.10 A petição inicial.....	514
42.10.1 Emenda da petição inicial.....	516
42.11 Efeitos da citação.....	517
42.12 A prescrição no processo de execução e os ônus da sucumbência.....	517
42.13 Execução contra devedor solvente.....	517
42.14 Nulidade da execução.....	518
42.15 Arrematação de bem gravado por penhor, hipoteca ou anticrese.....	518
42.16 Execução para a entrega de coisa certa.....	520
42.17 Execução para a entrega de coisa incerta.....	521
42.18 Execução das obrigações de fazer e não fazer.....	521
42.19 Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	523
42.19.1 Do parcelamento do débito.....	537
42.20 Execução de título executivo extrajudicial contra a fazenda pública.....	539
42.21 Execução de título executivo extrajudicial de obrigação de prestar alimentos.....	540

Capítulo 43	
A defesa do executado: Embargos à Execução	541
Capítulo 44	
Extinção do processo de execução	545
Capítulo 45	
Execução fiscal	547
Capítulo 46	
Ação rescisória	557
Referências bibliográficas	569
Jurisprudência referenciada.....	585